

**O TEXTO E O DISCURSO NAS ABORDAGENS DO INTERACIONISMO
SOCIODISCURSIVO E DA ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA: CONCEITOS
TEÓRICOS, QUESTÕES DE ANÁLISE E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

***THE TEXT AND THE DISCOURSE IN THE APPROACHES OF
SOCIODISCURSIVE INTERACTIONISM AND FRENCH DISCOURSE ANALYSIS:
CONCEPTS THEORY, QUESTIONS AND ANALYSIS METHODS***

Manoelito Gurgel¹
Mestre em Linguística
Universidade Federal do Ceará
(manoelitogurgel@outlook.com)

RESUMO: Neste trabalho, procuramos apresentar e discutir alguns conceitos de texto e de discurso propostos por diferentes abordagens teórico-metodológicas atuais. Para isso, dentre as diversas abordagens que consideram o texto e o discurso como unidades de análise, interessamo-nos pelas propostas do Interacionismo Sociodiscursivo (doravante, ISD) (BRONCKART, 2006, 2009) e pela Análise do Discurso francesa (doravante, AD) (ORLANDI, 1998, 2005, 2012; PÊCHEUX, 1995; MAINGUENEAU, 2005). Nosso objetivo é, então, discutir como o texto e o discurso são concebidos e analisados, teórica e empiricamente, por essas duas abordagens teórico-metodológicas.

Palavras-chave: Texto. Discurso. Análise do Discurso. Interacionismo Sociodiscursivo.

ABSTRACT: In this paper, we try to present and discuss some concepts of text and discourse proposed by different current theoretical and methodological approaches. For this, among the various approaches that consider the text and discourse as units of analysis, we are interested in the proposals Sociodiscursive Interactionism (BRONCKART, 2006, 2009) and French Discourse Analysis (Orlandi, 1998, 2005, 2012; PÊCHEUX, 1995; MAINGUENEAU, 2005). So, our goal is to discuss how text and discourse are designed and analyzed theoretically and empirically for these two theoretical and methodological approaches.

Keywords: Text. Discourse. Discourse Analysis. Sociodiscursive Interactionism.

Introdução

Na década de 60 do século XX, o estudo até então vigente da língua em si e por si mesma começou a perder espaço nos estudos linguísticos, dado o surgimento e o fortalecimento de novas perspectivas teóricas, que passaram a destacar, sobretudo, a língua em funcionamento. Essas novas abordagens introduziram, nos estudos linguísticos, a dimensão social, considerando, em suas análises, os usos reais e efetivos da língua.

¹ Doutorando no programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará.

A partir de então, no que se refere aos estudos linguísticos dos últimos anos, e mais fortemente dos dias atuais, sobretudo naqueles interessados pelas atividades de linguagem, há dois termos bastante recorrentes (e polissêmicos), texto e discurso, em torno dos quais estão problemáticas caras a esses estudos e a partir dos quais são estabelecidas as questões de análise e os procedimentos metodológicos. Esses termos são abordados, evidentemente, por diferentes orientações teórico-metodológicas, as quais, em alguns casos, podem ser profundamente divergentes ou, em outros casos, podem ser compatíveis, mesmo que minimamente.

Além disso, esses termos estão relacionados a conceitos específicos e próprios a cada orientação epistemológica na qual são abordados e, portanto, impõem questões próprias de análise. Em outras palavras, a depender do aporte teórico-metodológico adotado, será uma e não outra a resposta à questão “texto ou discurso: do que estamos falando?”. Inevitavelmente, qualquer resposta a essa questão implicará, dada a orientação epistemológica de base, a consideração de outros conceitos, bem como a adoção de determinados procedimentos de análise, a partir dos quais se busca responder às questões analíticas.

Nesse contexto, então, procuramos apresentar, discutir e problematizar, mesmo que brevemente, dado o espaço de que dispomos, alguns conceitos de texto e de discurso propostos por diferentes abordagens teórico-metodológicas que, por exemplo, contestam o – insuficiente - conceito de texto como unidade meramente superior à frase e que consideram importantes, em suas análises, fatores extralinguísticos, não reduzindo o texto, portanto, a uma mera produção linguística. Para isso, dentre as diversas abordagens que consideram o texto e o discurso como unidades de análise, interessamo-nos especialmente pelas propostas do Interacionismo sociodiscurso (doravante, ISD) (BRONCKART, 2006, 2009) e pela Análise do Discurso de orientação francesa (doravante, AD) (ORLANDI, 1998, 2005, 2012; PÊCHEUX, 1995; MAINGUENEAU, 2005).

Nosso objetivo é, então, discutir como o texto e o discurso são concebidos e analisados, teórica e empiricamente, por essas duas abordagens teórico-metodológicas. Nesse sentido, não estamos preocupados aqui em estabelecer um debate contrastivo entre o ISD e a AD, nem em apresentar um conceito unificado de texto e de discurso.

Considerando que os conceitos de texto e de discurso estão relacionados, mais ou menos explicitamente, a outros tantos conceitos em cada uma das duas perspectivas, apresentaremos, ademais, os conceitos de tipos de discurso e de gêneros de texto, de acordo com o ISD, e também o conceito de interdiscurso, de acordo com a AD.

Mesmo não sendo nosso objetivo, acreditamos que, com a discussão dos conceitos, nos será possível perceber e apontar, não de forma exaustiva nem aprofundada, algumas concordâncias/intersecções, bem como algumas divergências/oposições (para além da negação do estudo de frases como objeto/unidade de análise), entre as duas abordagens.

Posto isso, discutiremos, a seguir, na seção 2, a proposta do ISD e, depois, na seção 3, a da AD, para, logo em seguida, na seção 4, apresentarmos nossas conclusões (mesmo que prévias). Antes, entretanto, devemos informar, de início, que, para a discussão dos conceitos de texto e discurso, propomos, em cada seção, uma breve apresentação dos pressupostos epistemológicos de cada abordagem, a partir dos quais foram desenvolvidos os conceitos em destaque.

Texto e discurso na abordagem do Interacionismo sociodiscursivo

(...) a atividade de linguagem também pode ser tomada (...) como ação de linguagem, imputável a um agente, e que se materializa na entidade empírica que é o texto singular. (BRONCKART, 2009, p. 39)

Nesta seção, apresentaremos e discutiremos os conceitos de texto e de discurso propostos pelo Interacionismo sociodiscursivo (BRONCKART, 2006, 2009), abordagem teórico-metodológica que postula, sobretudo, a função central do agir e da linguagem no funcionamento e no desenvolvimento humanos.

Para isso, julgamos necessário apresentar antes, mesmo que brevemente, a orientação epistemológica assumida pelo ISD, pois, como em toda e qualquer abordagem teórica, ela é fundamental para compreendermos os conceitos e as questões de análise propostas. Entretanto, esclarecemos que, dados os nossos objetivos, nos limitamos a apresentar apenas os pressupostos diretamente relacionados ao modelo da organização interna dos textos.

Sendo assim, com base em Bronckart (2009), destacamos inicialmente que o ISD é um desenvolvimento do Interacionismo Social², orientação epistemológica proposta por diversos pensadores das Ciências Humanas/Sociais no início do século XX, a partir, sobretudo, das obras de Spinoza, de Marx e de Vigotski.

De acordo com Bronckart (2009), o Interacionismo Social apresenta uma abordagem global e unificada do funcionamento humano, considerando, como unidades de análise, a linguagem, o agir (as condutas ativas) e o pensamento consciente. Ao defender o papel central e fundador da linguagem (sobretudo no que se refere ao funcionamento discursivo) para o desenvolvimento humano, Bronckart (2009) amplia a proposta do Interacionismo Social e propõe o Interacionismo sociodiscursivo (ISD). Segundo o autor, o questionamento central do ISD é o da função que a linguagem e, mais precisamente, as práticas de linguagem desempenham na constituição e no desenvolvimento das capacidades epistêmicas (ordem dos saberes) e praxeológicas (ordem do agir) dos seres humanos.

Para validar empiricamente a proposta desenvolvimental de Vygotsky (1997; 1999), que constitui a primeira grande referência epistemológica do ISD e segundo a qual a integração dos elementos semióticos e sociais é constitutiva do pensamento consciente do ser humano, Bronckart (2009) recorre à contribuição legada por Saussure, a segunda grande referência epistemológica do ISD. Bronckart (2009) argumenta que, a partir da teoria saussureana do signo, é possível fundamentar que a apropriação e a interiorização dos signos, como entidades semióticas, promovem a emergência do pensamento consciente humano. Para o ISD, então, a interiorização dos signos, que são, em princípio, imotivados, confere autonomia ao funcionamento psíquico, em relação aos parâmetros do ambiente.

Baseado, então, no programa de referência do Interacionismo Social, o ISD desenvolveu e, certamente, ainda desenvolve trabalhos teóricos e empíricos em três níveis: o dos pré-construídos, o das mediações formativas e o do desenvolvimento. Neste artigo, dados os nossos objetivos, interessa-nos apenas o nível dos pré-construídos, no qual o ISD busca analisar as condições de funcionamento efetivo dos textos, considerando, para isso, que os gêneros textuais são os produtos de uma

² Para Bronckart (2009), o Interacionismo Social não é uma corrente linguística, tampouco psicológica ou sociológica; segundo o autor, trata-se, na verdade, de uma corrente da Ciência do Humano, para a qual há uma relação de interdependência entre os aspectos fisiológicos, cognitivos, linguísticos, culturais e sociais do funcionamento humano.

atividade de linguagem coletiva, organizada pelas formações sociais. Nesse nível, então, Bronckart e alguns colegas da Universidade de Genebra elaboraram, durante cerca de 20 anos, a partir, por exemplo, dos trabalhos de Adam (1990) e de Genette (1972), um modelo coerente da organização interna dos textos, que deu origem ao esquema da arquitetura textual, que apresentaremos mais adiante.

Para a análise da organização das práticas de linguagem situadas, ou seja, das ações de linguagem, Bronckart (2009) propõe que elas se realizam sob a forma de textos. Para o autor, o **texto** é uma unidade comunicativa ou interativa global, podendo ser definido como uma unidade de agir linguageiro, que veicula uma mensagem organizada e que tende a produzir um efeito de coerência sobre o destinatário, em um determinado espaço e em um determinado tempo (BRONCKART, 2006). Para o autor, então, os **textos** são as manifestações linguísticas/empíricas das ações de linguagem, construídos a partir dos recursos de uma língua natural e dos modelos de organização textual disponíveis no quadro dessa língua. Nas palavras de Bronckart (2009, p. 71), em uma acepção mais geral, a noção de texto:

Pode ser aplicada a toda e qualquer *produção de linguagem situada*, oral ou escrita. Um diálogo familiar, uma exposição pedagógica, um pedido de emprego, um artigo no jornal, um romance, etc., são considerados textos, de tamanho eventualmente muito diferente, mas dotados de características *comuns*: cada texto está em relação de interdependência com as propriedades do contexto em que é produzido; cada texto exhibe um modo determinado de organização do seu conteúdo referencial; cada texto é composto de frases articuladas umas às outras de acordo com regras de composição mais ou menos estritas; enfim, cada texto apresenta mecanismos de textualização e mecanismos enunciativos destinados a assegurar coerência interna. Nesse primeiro sentido, portanto, a noção de texto designa **toda unidade de produção de linguagem** que veicula uma mensagem linguisticamente organizada e que tende a produzir um efeito de coerência sobre o destinatário. Consequentemente, essa unidade de produção de linguagem pode ser considerada como **a unidade comunicativa** de nível superior (grifos do autor).

Nessa perspectiva, a produção de um texto implica necessariamente, segundo Bronckart (2009), escolhas quanto à seleção e à combinação dos recursos de uma língua natural. Além disso, para o autor, os textos apresentam especificidades que dependem das condições sociohistóricas de sua produção, ou seja, das características da situação de interação na qual são produzidos.

O autor adverte que não há, a não ser excepcionalmente, correspondência biunívoca entre uma ação de linguagem e uma espécie de texto, já que as formações sociodiscursivas elaboram, no decorrer da história, diversos modelos de organização textual capazes de materializar empiricamente uma mesma ação de linguagem: “[os textos] estão articulados às necessidades, aos interesses e às condições de funcionamento das formações sociais no seio das quais são produzidos” (BRONCKART, 2009, p. 72). Nesse sentido, para o autor, as formações sociodiscursivas elaboram configurações de escolhas momentaneamente estabilizadas pelo uso, cujos produtos são os **gêneros de textos**, que mudam com o tempo e com a história dessas formações: “a emergência de uma espécie de texto pode estar relacionada ao surgimento de novas motivações sociais” (BRONCKART, 2009, p. 72).

Nesse sentido, considerando que existem diferentes formas de agir linguageiro, ou seja, de textos, Bronckart (2009) propõe o conceito de gêneros de textos, a partir da consideração de que todo texto pertence sempre a um gênero. Assim, todo e qualquer texto, de acordo com o autor, apresenta tanto propriedades genéricas, resultantes da escolha do gênero textual que melhor se adapta à situação, quanto especificidades, resultantes das escolhas do produtor em função de sua situação de produção particular. Nessa perspectiva, o ISD defende a interdependência entre o texto empírico, o gênero e a atividade.

Como toda obra humana, os gêneros de texto são afetados por diversas indexações sociais, já que são objeto de avaliações sociais. Nesse sentido, Bronckart (2009) alerta que não se pode estabelecer relação direta entre espécies de agir linguageiro e gêneros de textos. Além disso, o autor reforça a impossibilidade de classificação estável e definitiva dos diferentes gêneros, os quais estão sincronicamente disponíveis no arquitexto (conjunto de gêneros elaborados e disponíveis socialmente).

Ao problematizar os termos gêneros de textos e gêneros do discurso, Bronckart (2006) afirma que prefere o primeiro, reservando a noção de gênero, portanto, somente aos textos (gêneros de textos). Nos outros casos, como os propostos por Bakhtin (gêneros do discurso) e por Adam (gêneros dos discursos), o autor propõe adotar as expressões “espécies de atividade geral” e “espécies de atividades de linguagem”. Assim, Bronckart (2009) admite a atividade de linguagem

como sinônimo do uso corrente de discurso. No ISD, então, o termo **tipos de discurso** apresenta um sentido bastante específico e está relacionado a outra categoria, que apresentaremos logo a seguir.

Baseando-se nos estudos de Genette (1979), Bronckart (2009) defende que os gêneros de textos apresentam modalidades de estruturação diversas e heterogêneas, não sendo possível estabelecer, para eles, um sistema hierárquico estável, enquanto que os seus modos de enunciação são atitudes de locução de caráter universal, traduzindo-se por formas linguísticas mais estáveis e, portanto, identificáveis, que são os tipos de discurso.³ Em outras palavras, enquanto os gêneros textuais são definidos como unidades comunicativas, elaboradas sociohistoricamente com os recursos de uma língua natural, sempre dependentes das exigências das situações de atividade geral, os tipos de discurso são segmentos de texto, identificáveis pelas unidades linguísticas que regularmente neles ocorrem, regularidade que torna possível a tipificação. Sendo assim, os tipos de discurso são dotados de estabilidade linguística e, como tais, são suscetíveis de compor todos os gêneros, os quais, por sua vez, não resistem a nenhuma inventariação que seja estável nem podem ser identificados, exclusivamente, por características linguísticas (BRONCKART, 2009).

Nas palavras de Bronckart (2009, p. 75):

Enquanto, devido à sua relação de interdependência com as atividades humanas, os gêneros são múltiplos, e até mesmo em número infinito, os segmentos que entram em sua composição (segmentos de relato, de argumentação, de diálogo, etc.) são em número finito, podendo, ao menos parcialmente, ser identificados por suas características linguísticas específicas. (...) Esses diferentes segmentos que entram na composição de um gênero são produto de um trabalho particular de semiotização ou de *colocação em forma discursiva* e é por essa razão que serão chamados de **discursos**, de agora em diante. Na medida em que apresentam fortes regularidades de estruturação linguística, consideraremos que pertencem ao domínio dos tipos; portanto, utilizaremos a expressão **tipo de**

³ Segundo Bronckart (2009), esses modos de enunciação foram bem assinalados por Benveniste (1966), em sua distinção entre “história” e “discurso”, e por Weinrich (1973), em sua separação entre “mundo comentado” e “mundo narrado”. De acordo com o autor, essas distinções descrevem atitudes de locução gerais, que se traduzem, no quadro de uma língua natural, por configurações de unidades e de processos linguísticos relativamente estáveis. Bronckart (2009) lembra ainda que Simonin-Grumbach (1975), além de tentar formalizar as operações que esses planos enunciativos subentendem, tentou identificar as propriedades linguísticas das formas que os realizam, formas classificadas, por este autor, como tipos de discurso.

discurso para designá-los, em vez da expressão **tipo textual**. (grifos do autor).

Segundo o autor, a identificação dos tipos de discurso que entram na composição de um texto é baseada em duas decisões binárias. Para a primeira, considerando-se o par disjunção-conjunção, o autor propõe que, quando as coordenadas que organizam o conteúdo temático⁴ estão explicitamente postas à distância das coordenadas gerais da situação de produção⁵ do agente, instaura-se a ordem do NARRAR; no caso contrário, instaura-se a ordem do EXPOR. Para a segunda decisão binária, considerando o par implicação-autonomia, o autor propõe que há implicação quando as instâncias de agentividade estão postas em relação com o agente produtor e com a sua situação de ação de linguagem; caso contrário, há autonomia.

Sistematizando o exposto, Bronckart (2009) propõe que o cruzamento do resultado dessas decisões produz quatro atitudes de locução, que ele classifica como mundos discursivos⁶: NARRAR implicado, NARRAR autônomo, EXPOR implicado, EXPOR autônomo. Em uma análise das configurações das unidades e dos processos do francês que traduzem esses mundos discursivos, o autor estabeleceu quatro tipos de discurso: relato interativo, narração, discurso interativo e discurso teórico.

Bronckart (2009) prefere adotar a expressão “tipos de discurso” em detrimento da de “modos de enunciação”, pois, para ele, a noção de discurso, que, em sua acepção banal, refere-se a toda operacionalização de uma língua natural, relaciona-se aos processos de verbalização do agir linguageiro e de sua semiotização no quadro de uma língua natural. Para o autor, então, esses processos realizam-se de acordo com modalidades diversas, que podem ser descritas em termos de operações, já que são expressas por formas linguísticas relativamente estáveis.⁷ Nesse sentido, ao problematizar a concepção de discurso como operacionalização da linguagem por

⁴ Mais adiante, quando tratarmos das condições de produção dos textos segundo o ISD, discutiremos sobre o conceito de conteúdo temático.

⁵ Mais adiante, trataremos das condições de produção dos textos segundo o ISD.

⁶ Para uma leitura mais aprofundada das operações constitutivas dos mundos discursivos, sugerimos o capítulo 5 de Bronckart (2009), especialmente a seção 2.

⁷ Dado o espaço de que dispomos, não nos é possível apresentar uma discussão mais aprofundada quanto aos tipos de discurso e às suas configurações de unidades dos tipos linguísticos. Para uma leitura mais aprofundada do assunto, indicamos o capítulo 5 de Bronckart (2009), especialmente a seção 3. Entretanto, devemos esclarecer que a análise apresentada pelo autor é a dos tipos linguísticos em francês, e não em português.

indivíduos em situações concretas, ou seja, como práticas e/ou processos de linguagem, em oposição ao sistema da língua, Bronckart (2006, p. 140) argumenta:

Na medida em que (...) a realidade da linguagem não é constituída a não ser por práticas situadas, temos sustentado (Bronckart e Stroumza, 2002) que seria preferível o uso da expressão “atividade de linguagem, em vez de “atividade discursiva”, quer porque o uso da noção concorrente de “discurso” poderia levar a pensar que a linguagem se manifesta de outra maneira que não seja na prática, quer porque é possível atribuir ao termo “discurso” um sentido ao mesmo tempo mais preciso e mais profundo [os tipos de discurso]. (...) Entretanto, não sendo senhores do uso, podemos registrar que consideramos o empre corrente do termo discurso equivalente ao termo **atividade de linguagem**, que utilizamos. (grifos do autor)

Sendo assim, Bronckart (2009) adota o termo discurso em um sentido mais preciso, ao se referir aos tipos de semiotização ou de tipos de discurso, que constituem formatos de operacionalização das unidades de uma língua natural e que traduzem alguns formatos que organizam as trocas languageiras humanas (trocas interindividuais de representações). Nesse sentido, os tipos de discurso apresentam-se como lugar de interface entre as representações individuais e as representações coletivas, caracterizando-se, portanto, como os formatos dessa colocação em interface (BRONCKART, 2009). É especialmente nessa consideração que reside, para nós, a principal contribuição do ISD no que se refere à proposta própria dos tipos de discurso, pois, para o ISD, é a mediação pelos tipos de discurso que constitui um processo de desenvolvimento fundamental, já que é por ela que se transmitem as formas de operatividade do pensamento humano.⁸

No que se refere à análise da organização das práticas de linguagem sob a forma de textos pertencentes a diferentes gêneros, Bronckart (2009) defende uma abordagem descendente, indo das atividades sociais às atividades de linguagem e destas aos textos e aos seus componentes linguísticos. Considerando-se isso, o autor elaborou o modelo da arquitetura interna dos textos. Entretanto, para além da análise da organização textual, o autor defende a necessidade de compreender o contexto de

⁸ Bronckart (2009) propõe que o sujeito, quando (re)produz um tipo de discurso, aprende a operacionalizar processos mentais e languageiros: os raciocínios práticos implicados nas interações dialogais (cf. Rolet et al., op. cit.); os raciocínios causal-cronológicos implicados nos relatos interativos e nas narrações (cf. Ricoeur, 1983), e os raciocínios de ordem lógica e/ou semi-lógica implicados nos discursos teóricos (cf. Grize, 1984).

produção do texto, tanto no que se refere ao contexto mais amplo, quanto no que se refere à ação de linguagem na qual o texto é produzido.⁹

Relativamente às condições de produção textual, o ISD define o contexto de produção como “o conjunto dos parâmetros que podem exercer uma influência sobre a forma como um texto é organizado” (BRONCKART, 2009, p. 93). Assim, o contexto de produção constitui os fatores que exercem influência necessária, mas não mecânica, sobre a organização dos textos. Para o ISD, esses fatores podem ser agrupados em dois conjuntos: o primeiro relativo ao mundo físico e o segundo, ao mundo social e ao subjetivo.

O primeiro deles, relativo ao mundo físico, considera que todo texto empírico surge do comportamento verbal de um agente situado nas coordenadas do espaço e do tempo. Assim, todo texto empírico surge de um ato situado em um dado contexto físico, que, de acordo com Bronckart (2009), pode ser definido por quatro parâmetros: o lugar físico de produção, o momento de produção, o emissor/produzidor/locutor e o receptor.

O segundo deles, relativo ao mundo social e ao subjetivo, considera que todo texto empírico surge em uma dada formação social e, mais especificamente, surge de uma interação comunicativa, que implica as regras, as normas e os valores do mundo social e as imagens que o agente dá de si no mundo subjetivo. Segundo Bronckart (2009), também esse contexto sociosubjetivo pode ser definido por quatro parâmetros: o lugar social (em que formação social e instituição o texto é produzido?); a posição social do emissor, que lhe concede o estatuto de enunciador (que papel social o emissor desempenha na interação?); a posição social do receptor, que lhe concede o estatuto de destinatário (que papel social é atribuído ao receptor do texto?), e os objetivos da interação (quais são os efeitos sobre o receptor pretendidos pelo emissor?).¹⁰

⁹ Bronckart (2009, p. 91) alerta que as condições de produção dos textos a que se refere estão relacionadas “apenas à vertente da produção textual e não podem ser transpostas, como tais, à análise das condições de leitura e de interpretação dos textos”.

¹⁰ O ISD traça distinção entre o estatuto emissor/enunciador e receptor/destinatário. Emissor e receptor são noções do mundo físico e estão relacionados, respectivamente, ao agente que produz ou recebe o texto, enquanto enunciador e destinatário são noções do mundo sociosubjetivo e referem-se ao papel social (pai, professor, cliente, patrão, amigo, por exemplo) assumido, respectivamente, pelo emissor e pelo receptor do texto. Entretanto, Bronckart (2009, p. 95) ressalta que “a instância responsável pela produção de um texto é uma entidade única”, que, portanto, deve ser definida a partir do ponto de vista do mundo físico e do mundo sociosubjetivo. Para o ISD, então, essa entidade, denominada de emissor-enunciador, pode ser mais simplesmente designada como agente-produzidor ou autor. Assim, percebe-

Bronckart (2009) enfatiza que esses parâmetros do contexto, relacionados aos mundos físico e sociosubjetivo, que acabamos de enumerar, influenciam o texto apenas através das representações do agente-produtor.¹¹

Para a análise da organização interna dos textos, o ISD propõe o modelo da arquitetura textual, esboçado a partir da hipótese geral de que todo texto é organizado em três níveis superpostos e, em parte, interativos, os quais definem o folhado textual: a infraestrutura geral do texto, os mecanismos de textualização e os mecanismos enunciativos. Segundo Bronckart (2009), a ideia da sobreposição que propõe é baseada na constatação do caráter hierárquico de toda e qualquer organização textual.

Para o ISD, a infraestrutura geral do texto constitui o nível mais profundo e é constituído pelo plano mais geral do texto (à organização de conjunto do conteúdo temático), pelos tipos de discurso (discurso interativo, discurso teórico, relato interativo e narração)¹², que já discutimos, e pelas eventuais sequências¹³ (narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa e dialogal).

Os mecanismos de textualização (conexão, coesão nominal e coesão verbal)¹⁴ funcionam no nível intermediário do folhado textual e consistem em estabelecer séries isotópicas que contribuem para o estabelecimento da coerência temática do texto; estão, portanto, articulados à linearidade do texto, explicitando as articulações hierárquicas, lógicas e/ou temporais do texto.

Já os mecanismos enunciativos (vozes e modalizações)¹⁵ compõem o nível mais superficial do texto e contribuem para a manutenção da sua coerência pragmática (ou interativa), esclarecendo os posicionamentos enunciativos e traduzindo as diversas avaliações sobre aspectos do conteúdo temático. Nesse

se a preocupação de Bronckart (2009) em distinguir, na problemática do contexto, as suas dimensões físicas e sociosubjetivas.

¹¹ Para Bronckart (2009), as representações sobre os parâmetros do contexto físico são construídas logo na primeira infância e estão relacionadas a duas capacidades cognitivas: a identidade do indivíduo, que o distingue dos outros, e as coordenadas de espaço-tempo. Já as representações sobre os parâmetros do contexto sociosubjetivo, que estão relacionadas aos lugares sociais, às normas sociais e aos papéis sociais, são construídas por uma aprendizagem contínua, de acordo com a experiência da vida social, e são, por isso, modificadas continuamente.

¹² Para uma discussão mais aprofundada dos tipos de discurso, sugerimos o capítulo 5 de Bronckart (2009).

¹³ Para mais detalhes, indicamos o capítulo 6 de Bronckart (2009).

¹⁴ Para uma apresentação mais detalhada dos mecanismos de textualização, aconselhamos o capítulo 7 e 8 de Bronckart (2009).

¹⁵ Para detalhes sobre os mecanismos enunciativos, sugerimos o capítulo 9 de Bronckart (2009).

sentido, ao operarem quase que independentemente da progressão do conteúdo temático, não se organizam em séries isotópicas e podem ser classificados, portanto, como mecanismos configuracionais, em oposição aos sequenciais.

Posto isso, apresentados os conceitos de texto e de discurso, bem como o modelo de análise de texto propostos pelo Interacionismo Sociodiscursivo, passaremos, a seguir, à discussão desses conceitos agora sob a perspectiva da Análise do Discurso de orientação francesa.

Texto e discurso na abordagem da análise do discurso de orientação francesa

Eu diria que as palavras não significam em si. É o **texto** que significa.
(ORLANDI, 2005, p. 111) (grifo da autora)

Nesta seção, apresentaremos e discutiremos os conceitos de texto e de discurso desenvolvidos pela Análise do Discurso de orientação francesa (doravante, AD)¹⁶, a partir da relação proposta entre discurso, sujeito, ideologia e história. Para tanto, devemos, mesmo que brevemente, discutir como o sujeito e a linguagem são concebidos por essa abordagem, pois, para nós, a toda concepção de discurso estão subjacentes concepções de língua e de sujeito. Sendo assim, concordando com Pêcheux, para quem é impossível pensar a AD sem sua ancoragem em uma teoria do sujeito, passaremos à discussão da tese do descentramento do sujeito postulada por essa disciplina¹⁷, para, em seguida, avançarmos na discussão do conceito de discurso.

Considerando que por trás de qualquer dizer há um sujeito e que, portanto, não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia (PÊCHEUX, 1990), a AD defende que o sujeito, inscrito em uma dada conjuntura sócio histórica e em uma dada

¹⁶ O lançamento da obra “Análise Automática do Discurso”, de Pêcheux (1969), é considerado o marco inicial da AD, embora o termo “análise do discurso” tenha sido empregado antes por Harris, em sua obra *Discourse Analysis*. De acordo com Pêcheux (1969), a AD surgiu a partir de uma “tríplice aliança”: uma teoria da História, para explicar os fenômenos das formações sociais; uma teoria da Linguística, para explicar os processos de enunciação, e uma Teoria do Sujeito, para explicar a subjetividade e a relação do sujeito com o simbólico.

¹⁷ Neste trabalho, estamos considerando a AD como uma disciplina, como é de costume no Brasil, embora essa categorização não seja tão consensual quanto parece.

formação discursiva¹⁸, é, sobretudo, um efeito discursivo, e não a origem ou a causa do seu discurso, sendo constitutivamente heterogêneo.¹⁹

Para a AD, o que interessa, então, é “compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2005, p. 15). Nessa perspectiva, a AD, ao contestar a suposta transparência da linguagem, considera que a condição da linguagem é a incompletude, já que nem os sentidos nem os sujeitos estão completos, já constituídos definitivamente.²⁰ Em outras palavras, a AD considera a língua como uma estrutura opaca, atravessada pelos eventos sócio históricos, e é nesse sentido que a AD propõe uma perspectiva não-imanentista e não-formal da linguagem.

Na perspectiva da AD, a linguagem deve ser entendida, então, como uma ação simbólica, em que “que tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações, conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidade etc” (ORLANDI, 1998, p. 17). Assim, a AD procura trabalhar com os efeitos de sentido, o que implica considerar as condições de produção do discurso. Nessa perspectiva, o objeto de estudo da AD não é tão somente a língua, mas, sobretudo, o que pode ser estabelecido a partir dela, como as relações de poder. Sobre isso, Orlandi (2005, p. 15-16) completa:

A Análise do Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentido enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade.

¹⁸ Segundo Pêcheux (1995), a formação discursiva (doravante FD), inscrita em uma formação ideológica, determina o que pode e deve ser dito. Nesse sentido, o autor propõe: “Os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes.” (PÊCHEUX, 1995, p. 161). Para a AD, então, a FD, marcada por regras de controle social, é sempre constituída por outras FDs, pressuposto que implica o da heterogeneidade do discurso.

¹⁹ Dada a articulação, em sua proposta teórica, do materialismo histórico (principalmente a releitura dos textos de Marx apresentada por Althusser) com a abordagem psicanalítica da subjetividade (especificamente a releitura dos estudos de Freud realizada por Lacan), a AD considera que a forma sujeito do discurso é ideológica, portanto assujeitada, e não psicológica nem empírica. Sendo assim, a AD se contrapõe a uma filosofia idealista da linguagem, para a qual o sujeito é a fonte e a origem do seu dizer.

²⁰ Conforme Orlandi (1988, p. 20): “A multiplicidade de sentido é inerente à linguagem”. Entretanto, não devemos imaginar que os sentidos tendem à dispersão, pois eles são circunscritos, delimitados necessariamente por determinada(s) formação(ões) discursiva(s). Para Pêcheux & Fuchs (1975), o sentido de uma sequência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta sequência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva, o que explica que ela possa ter vários sentidos.

Retomando a questão do sujeito do discurso, reiteramos que, para a AD, o sujeito é atravessado, interpelado pela ideologia²¹ e pelo inconsciente, o que o torna cindido, clivado, descentrado; assim, não se pode pensar o sujeito como a fonte e a origem do seu dizer, já que este é determinado pela formação discursiva em que o sujeito está inscrito. Destarte, o dizer do sujeito é sempre determinado por outros dizeres, o que implica considerar que todo discurso é determinado pelo primado do interdiscurso. Esse pressuposto da AD considera que todo discurso produz sentidos a partir de outros sentidos já cristalizados. Para Pêcheux (1969), o sentido não existe em si mesmo, pois é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo histórico no qual as palavras são produzidas, sendo a incompletude constitutiva de todo e qualquer discurso.

Essa consideração permite-nos, finalmente, avançar para o conceito de **discurso** proposto pela AD. Segundo Maingueneau (2005, p. 15), o discurso é “uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas”. Conforme o autor, o discurso opera sobre outros discursos, e não sobre a realidade das coisas. É nesse sentido que o autor propõe que todo discurso se constitui na relação polêmica com outro.

Esse espaço de regularidades enunciativas a que se refere Maingueneau (2005) pode ser relacionado, para nós, às formações discursivas, como percebemos em Foucault (2005): “Chamaremos discurso um conjunto de enunciados na medida em que se apoia na mesma formação discursiva. (...) ele [o discurso] é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência”. O autor afirma ainda que o discurso é uma dispersão de textos, sendo, portanto, na dispersão de textos, e não na unidade, que se constitui um discurso.

Já para Pêcheux (1969), o discurso é efeito de sentidos entre locutores, definição próxima à de Orlandi (2008), para quem o discurso, como um processo contínuo que não se esgota em uma situação particular, é efeito de sentidos entre sujeitos, que se realiza na inscrição da língua na história, sendo o **texto** a manifestação concreta do discurso. Nesse sentido, o discurso é o ponto de articulação

²¹ Principal fonte inicial de Pêcheux quanto às questões da ideologia, Althusser (1992) propôs sua própria teoria, a partir da tese marxista de que toda e qualquer relação social é conflituosa, já que é manipulada por interesses ideológicos. De acordo com o autor, a ideologia é entendida como um conjunto de práticas materiais necessárias à reprodução das relações de poder.

dos fenômenos linguísticos e dos processos ideológicos, sendo a linguagem, como modo de produção social, o local privilegiado da manifestação da ideologia.

Orlandi (2005) parece ampliar essa definição de discurso ao propor que, entre os diferentes modos de produção social, há um modo de produção específico, o simbólico. Para a autora, as práticas simbólicas significam e produzem o real, sendo o discurso concebido como a materialidade do simbólico.

Nesse ponto, no que se refere à distinção entre texto e discurso na perspectiva da AD, Orlandi (2008, p. 112) esclarece que o discurso tem sujeito (as diferentes posições resultantes da inscrição dos sujeitos em diferentes regiões de sentido que constituem as formações discursivas), enquanto que o texto tem autor, que “se representa em sua origem, com sua unidade, lhe propiciando coerência, não-contradição, conferindo-lhe progressão e finalidade”. Para a AD, então, o discurso, como atividade sócio histórica de produção de efeitos de sentido, se materializa em textos, daí o objeto empírico de análise da AD ser o texto.

No que se refere à produção textual, a AD postula que os sujeitos não são autônomos em relação aos sentidos e às possibilidades do próprio discurso, já que eles, os sujeitos, são atravessados pela linguagem alheia. Sendo assim, para a AD, a produção textual é o resultado de um trabalho ideológico, não consciente, portanto. Assim, os analistas do discurso consideram o texto como um fato, e não como um dado, observando como ele funciona, enquanto objeto simbólico.

Em termos analíticos, o discurso não é o texto nem a língua, embora necessite de elementos linguísticos para ter existência material. Como o discurso implica uma exterioridade à língua e, portanto, implica questões não estritamente linguísticas, o que interessa à AD, de fato, é analisar os mecanismos de produção de sentidos a partir do funcionamento discursivo. Nas palavras de Orlandi (2005, p. 26): “A análise do discurso visa à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos”. Nessa perspectiva, os trabalhos em AD evitam reduzir o discurso a análises meramente linguísticas ou ideológicas.

Ao defender a tese da reprodução da ideologia no discurso, a AD está interessada em problematizar como os sujeitos estão posicionados dentro de formações discursivas e como a dominação ideológica é assegurada através da linguagem. Sendo assim, consideramos que a AD busca, em suas análises empíricas,

remeter o texto ao discurso e esclarecer as relações deste com as formações discursivas, sempre pensando nas relações destas com a ideologia (ORLANDI, 2008).

Com isso, entretanto, não podemos afirmar que a AD esteja interessada no texto como objeto final de sua análise, mas, antes, como unidade que lhe permite ter acesso ao discurso, como explica Orlandi (2008). Para a autora, o trabalho do analista do discurso de orientação francesa é analisar como a ordem do discurso se materializa na estruturação do texto. Nas palavras de Gregolin (1995, p. 13), “empreender a análise do discurso significa tentar entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com a história e a sociedade que o produziu”.

Como todo objeto simbólico, o texto é passível de interpretação, qualidade crucial para a AD, que busca compreender, conforme adiantamos, como ele produz efeitos de sentido e, portanto, como ele materializa discursos. Entretanto, segundo Orlandi (2008), o analista do discurso de orientação francesa, em suas análises, não falará do texto, mas sim do discurso, procurando articular o linguístico ao sócio histórico e ao ideológico.

Nessa perspectiva, o texto, analisado na abordagem da AD como um objeto linguístico e histórico, não é uma unidade fechada, embora, nas análises, ele possa ser considerado uma unidade inteira, tendo sempre relação com outros textos (sejam eles existentes, possíveis ou até mesmo imaginários) e com as suas condições de produção (ORLANDI, 2005).

Por fim, julgamos prudente destacar, agora de forma mais enfática, que a AD parte do texto como materialidade linguística e histórica. Isso implica, para os analistas do discurso de orientação francesa, considerar, em suas análises, não a historicidade refletida no texto, mas sim a historicidade do texto. O que interessa, portanto, conforme Orlandi (2005), é o trabalho com os sentidos do texto, considerando o seu acontecimento como discurso. Assim, podemos concluir que, para a AD, o ideológico materializa-se no discursivo a partir da língua, sendo o discurso o ponto de contato entre o ideológico e o linguístico.

Considerações finais

Neste trabalho, de caráter eminentemente teórico-reflexivo, procuramos discutir como texto e discurso são concebidos e analisados por duas abordagens

teórico-metodológicas: o Interacionismo sóciodiscursivo (BRONCKART, 2006, 2009) e a Análise do Discurso de orientação francesa (ORLANDI, 1998, 2005, 2012; PÊCHEUX, 1995; MAINGUENEAU, 2005). Para isso, apresentamos, a partir dos principais pressupostos epistemológicos assumidos por essas abordagens, os conceitos de texto e de discurso propostos e algumas das suas questões de análise, bem como alguns dos seus procedimentos metodológicos.

No percurso, embora não fosse nosso objetivo, conseguimos identificar, mesmo que sem uma discussão aprofundada, alguns pontos de divergência entre os conceitos propostos pelo ISD e pela AD. Apesar de contestarem a orientação positivista e de assumirem alguns pressupostos epistemológicos em comum, tais como o materialismo histórico de Marx e o dialogismo de Bakhtin, o ISD e a AD formulam um aparato conceitual consideravelmente divergente, como no que se refere aos conceitos de texto e de discurso, sendo que, nas duas abordagens, texto não se confunde com discurso nem vice-versa. Essa diferença na concepção, sobretudo, do discurso implica (ou decorre dos) diferentes interesses de análise e, principalmente, (dos) diferentes pressupostos epistemológicos assumidos.

Tanto a AD quanto o ISD concordam que a linguagem não é um simples instrumento de comunicação nem de transmissão de informação. Para além disso, a linguagem é, para ambas as abordagens, um processo de interação. Entretanto, a AD destaca a linguagem como o lugar de conflitos e confrontos e relaciona o seu estudo a um enfoque articulador entre o linguístico e o social, enfatizando a ideologia e a exterioridade do contexto sócio histórico. Já o ISD destaca a linguagem como o elemento fundamental e central para o desenvolvimento humano e pretende demonstrar a função que a linguagem – e mais precisamente as práticas de linguagem - desempenham na constituição e no desenvolvimento das capacidades epistêmicas (ordem dos saberes) e praxeológicas (ordem do agir) dos seres humanos.

No que se refere ao discurso, o ISD propõe o conceito de tipos de discurso, definidos como segmentos que apresentam fortes regularidades de estruturação linguística e que entram na composição dos textos, sendo produtos de um trabalho particular de semiotização. Já os tipos de discurso para AD estão relacionados às esferas sociais (jornalística, escolar, jurídica, religiosa, etc.) nas quais os discursos ocorrem e corresponderiam, portanto, às atividades de linguagem do ISD.

No que se refere ao texto, ambas as abordagens contestam a concepção do texto como uma forma isomórfica. Nesse sentido, em ambas as perspectivas teórico-metodológicas, o texto, como objeto empírico, é analisado a partir das suas condições de produção, embora o foco seja diferente em cada uma das abordagens.

Em termos analíticos, o ISD elaborou um modelo da organização interna dos textos, a partir da hipótese geral de que todo texto está organizado em níveis superpostos, que definem o folhado textual. Esse modelo de análise textual abrange desde a análise do contexto de produção até a análise das unidades linguísticas no nível organizacional, considerando também os mecanismos de textualização e os enunciativos.

Em contrapartida, para a AD, o que interessa é analisar como o texto produz efeitos de sentido e como materializa discurso(s); é nesse sentido que o texto, para a AD, é o objeto pelo qual se pode ter acesso ao discurso, sendo este da ordem da imanência, e aquele da ordem da realização.

Referências

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Gerais, 1992.

BRONCKART, J-P. **Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano**. 1ª ed. Trad. Anna Rachel Machado; Maria Lucia Meirelles Matêncio. Campinas, Mercado de Letras, 2006.

_____. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo**. 1ª ed. Trad. Anna Rachel Machado. São Paulo, Educ, 2009.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do Saber**. ed.7°. Tradução Luiz Felipe Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GREGOLIN, M. R. V. **A Análise do Discurso: conceitos e aplicações**. In: Alfa, v. 39. São Paulo (SP) 1995. p.13-21.

MAINGUENEAU, D. **Termos-chave da Análise do Discurso**. Tradução de Márcio V. Barbosa & M. E. T. Lima. Belo Horizonte: UFMG. 1998.

_____. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

ORLANDI, E. **Discurso e texto: Formulação e circulação dos sentidos**. 3 ed. Campinas: Pontes, 2008.

____. **Discurso e leitura**. Campinas: Cortez/Editora da Unicamp, 1988.

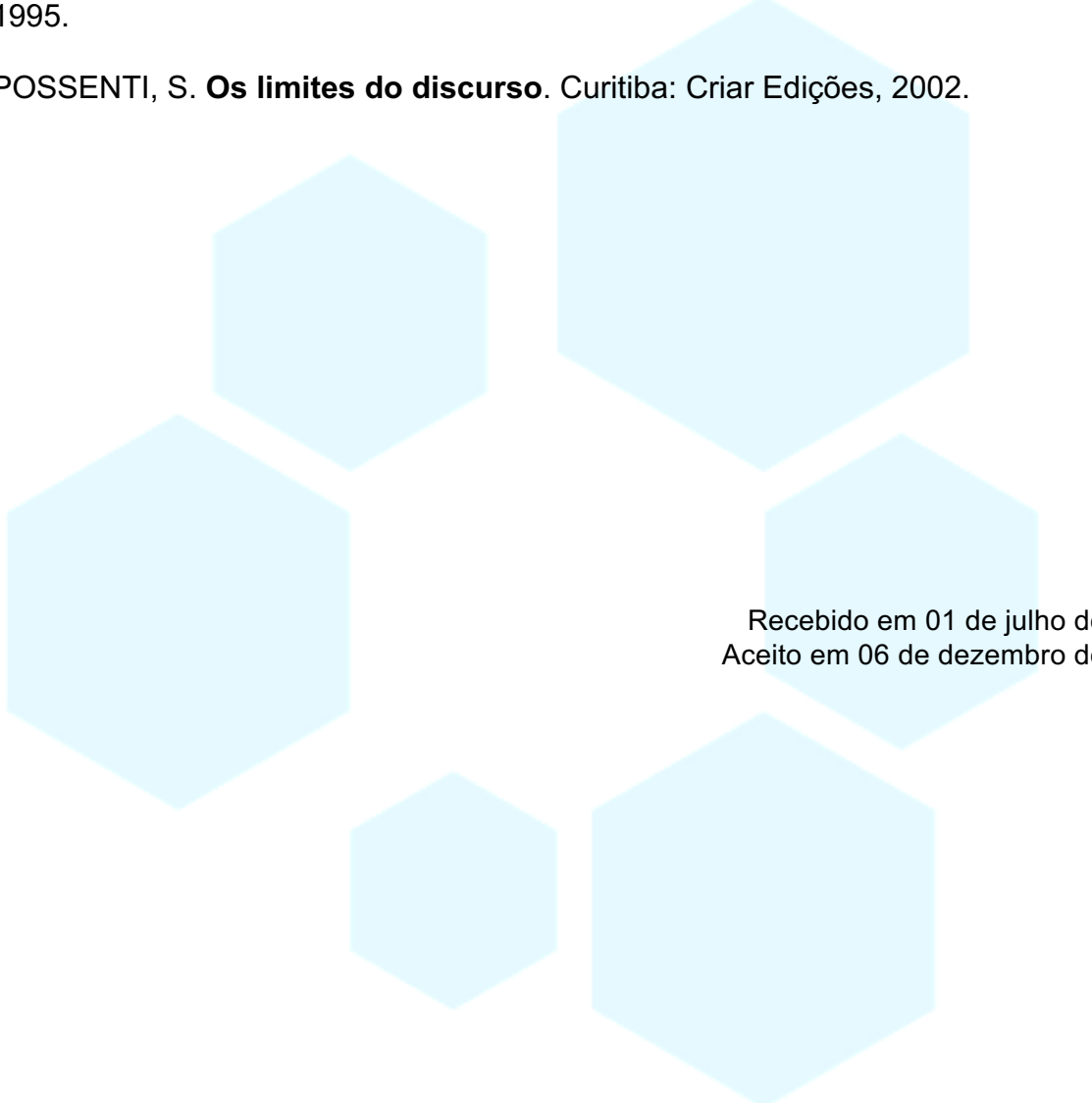
____. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido e ideologia. Campinas: Pontes, 2012.

____. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. São Paulo: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, M. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento? Campinas: Pontes. 1990.

____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: FUCAMP, 1995.

POSSENTI, S. **Os limites do discurso**. Curitiba: Criar Edições, 2002.



Recebido em 01 de julho de 2016
Aceito em 06 de dezembro de 2016